

MULHERES NO SEMIÁRIDO BRASILEIRO: UMA HISTÓRIA INVISIBILIZADA

Pedro Paulo Souza **RIOS**¹; Adson dos Santos **BASTOS**²; Edonilce da Rocha **BARROS**³

¹ Mestrando em Educação, Cultura e Territórios Semiáridos – PPGESA, Universidade do Estado da Bahia – UNEB, Campus III. Bolsista CAPES. E-mail: peudesouza@yahoo.com.br

² Mestrando em Ensino, Filosofia e História das Ciências – PPEnFHC – UFBA/UEFS. E-mail: adson.bastos@hotmail.com

³ Professora do Mestrado em Educação, Cultura e Territórios Semiáridos. E-mail: ebarros@uneb.br

Resumo: O presente artigo tem o objetivo de apresentar e discutir as relações de gênero e a invisibilidade da mulher nas práticas sociais e culturais ao longo do processo histórico. Percebe-se que a trajetória das mulheres tem sido marcada por processos descontínuos, fragmentados, resultante de transformações sociais, culturais, políticas e econômicas, vivenciados pela da sociedade. O advento do Movimento Feminista no final da década de 60, do século XX, tendo sua efervescência nas duas décadas seguintes, refletiu-se sobre a necessidade de assegurar às mulheres o direito de serem elas mesmas protagonistas dos processos históricos individuais e também coletivos. Os estudos sobre as relações de gênero na atualidade passaram a ser compreendidos como elementos constitutivos das relações sociais, que se fundamentam nas diferenças perceptíveis entre os gêneros. Para a realização deste estudo utilizou-se das abordagens qualitativas. A coleta de evidências foi realizada por meio de entrevistas do tipo individual e grupo focal, de junho de 2013 a março de 2014. Os sujeitos da pesquisa foram as assentadas do Assentamento Nova Canaã, Pindobaçu - Bahia. Constatou-se, no assentamento, que há um emergir social sinalizando para a necessidade de novos modelos de tratamento das questões de gênero, nos quais as mulheres saiam da invisibilidade histórica e assumam o protagonismo das suas próprias histórias.

Palavras-chave: Mulher, Semiárido, Invisibilidade de Gênero.

MUJERES EN EL SEMIÁRIDO BRASILEÑO: UNA HISTORIA INVISIBLEMENTE

Resumen: Este trabajo tiene como objetivo presentar y discutir las relaciones de género y la invisibilidad de las mujeres en la historia social y cultural a lo largo de las prácticas de proceso histórico. Se dio cuenta de que la trayectoria de las mujeres ha estado marcada por los procesos económicos discontinuos y fragmentados, lo que resulta de lo social, cultural, político y experimentado por la sociedad. La aparición del movimiento feminista en los últimos años 60 del siglo XX, con su efervescencia en las siguientes dos décadas, reflexionó sobre la necesidad de garantizar el derecho de las mujeres a ser ellos mismos protagonistas de los procesos históricos individuales y también colectivos. Estudios sobre las relaciones de género comenzó hoy a ser considerados como elementos constitutivos de las relaciones sociales, que se basan en las diferencias percibidas entre los sexos. Para este estudio se utilizó métodos cualitativos. La recopilación de pruebas se llevó a cabo a través de entrevistas individuales y de grupo de enfoque tipo, desde junio 2013 hasta marzo 2014. Los sujetos son las asentadas do Asentamiento Nova Canaã, Pindobaçu - Bahia. Se encontró en el asentamiento, emergen una señalización social, la necesidad de nuevos modelos de abordar las cuestiones de género, en el que las mujeres dejan la invisibilidad histórica y asumen el papel de sus propias historias.

Palabras clave: Mujer; Género; Semiárido; Invisibilidad.

1 INTRODUÇÃO

Durante séculos à mulher foi negado o direito de ser protagonista de sua própria história. Assim, o ser mulher era, e ainda continua sendo em muitos contextos, sinônimo de docilidade e submissão, tendo por espaço de atuação a esfera privada,

onde se concentram as atividades domésticas e de reprodução, tais como o cuidado com o lar, o marido, os filhos, atividades exercidas não por méritos próprios, antes por generosidade dos homens, fazendo assim com ela coparticipe, de maneira invisibilizada, das atividades.

No processo histórico das civilizações a mulher não se auto representa, para isso era necessário a figura do macho, sendo representado no patriarcado¹ pela figura do pai, por meio do direito paterno (PATEMAN, 1995) e ampliado no capitalismo, para a figura masculina, onde se inclui a dominação do pai, dos irmãos, dos maridos, dos chefes e do Estado sempre representado pela virilidade masculina. Prevalece assim a teoria de Weber (1977) que defende a hierarquização da sociedade, legitimando o sistema patriarcal por meio de uma “autoridade que sempre existiu”.

Com o advento do Movimento Feminista no final da década de 60, do século XX, tendo sua efervescência nas duas décadas seguintes, refletiu-se sobre a necessidade de assegurar às mulheres o direito de serem elas mesmas protagonistas dos processos históricos individuais e também coletivos e, garantindo conseqüentemente, uma escrita da história comprometida com a necessidade de re/pensar as relações sociais em sua multiplicidade. Isso implica em uma problematização da própria história, ao tempo em que se exige a historicização dos elementos conceituais que têm servido como instrumentos na feitura de um processo histórico que submete as mulheres como meros sujeitos e objetos da prática histórica.

Michelle Perrot (1992, p. 49), ao afirmar que: “da História, muitas vezes a mulher é excluída”, faz emergir uma preocupação que há muito envolve os/as intelectuais que estudam as questões relacionadas às mulheres. Simone de Beauvoir, em sua obra *O segundo sexo* (BEAUVOIR, 1949), reafirmou incisivamente que a história estava incompleta, mesmo que ela se pretendesse “universal”, na realidade desconsiderava uma metade importante da humanidade, as mulheres. Para Gonçalves (2006), não era de se estranhar, portanto, a predominância na narrativa histórica de preocupações

¹ No sentido literal, o patriarcado significa governo do pai, ou direito paterno. Patriarcado é uma palavra derivada do grego *pater*, e se refere a um *território* ou jurisdição governado por um patriarca. O uso do termo no sentido de orientação masculina da organização social aparece pela primeira vez entre os hebreus no século IV para qualificar o líder de uma sociedade judaica; o termo seria originário do grego helenístico para denominar um líder de comunidade.

com o político e com o público, as quais entronizavam os homens em suas façanhas e heroicas, excluindo quase que por completo, as mulheres enquanto protagonistas e produtoras da história.

Partindo desses pressupostos pretendemos tecer algumas considerações sobre os processos históricos sociais nos quais as mulheres foram sendo invisibilizadas, para isso vamos levar em consideração a atuação das mulheres no Assentamento Nova Canaã, no município de Pindobaçu – Bahia, ao tempo em que buscaremos analisar a participação das mesmas nos espaços políticos do Assentamento.

2 GÊNERO: UMA HISTÓRIA INVISIBILIZADA

Ao longo da história a trajetória das mulheres tem sido marcada por processos descontínuos, fragmentados, resultante de transformações sociais, culturais, políticas e econômicas, vivenciados pela sociedade. De acordo com Monteiro (2007), com o nascimento do positivismo a sociedade começou a questionar a ordem natural das coisas ao tempo em que questiona sobre o porquê das mesmas. Durante milênios, tanto no Ocidente como no Oriente, as mulheres têm sido consideradas cidadãs de segunda classe, ou apenas as outras, elas não são para si mesmas, são para os outros: pai, marido, filhos.

Alguns acontecimentos históricos contribuíram para despertar a sociedade acerca da questão da mulher. Um exemplo para ilustrar o que estamos dizendo foi o que aconteceu na Europa, no século XVIII, a partir dos ideais de justiça e fraternidade, aflorados pós Revolução Francesa, onde homens e mulheres começaram a perceber que a igualdade ou era para todos os indivíduos ou não era para ninguém. Com a Revolução Industrial, em meados do século XIX, a forma de vida familiar tradicional passa sofrer grandes transformações. De acordo com Fischer (2006) anterior a esse período o trabalho das mulheres se concentrava apenas ao espaço privado. É também nesse período que pela primeira vez a mulher começa a ser considerada um problema social. Nesse período, de acordo com Monteiro (2007), a mulher passou a ser uma incógnita da existência, um mistério a ser decifrado em termos científicos, uma vez que começa a sair da invisibilidade. Nessa mesma perspectiva Scott (1992), vai dizer

que a história das mulheres surge como campo definível principalmente a partir da década de 60 do século XX. Os estudos feministas nascem influenciados pelo movimento dos direitos civis.

Nesse sentido, torna-se necessário historicizar o termo gênero enquanto categoria de análise social. O conceito surgiu entre as feministas norte-americanas na década de 1970, enfatizando a dimensão fundamentalmente social das distinções baseadas no sexo. Segundo Scott: “A palavra indicava uma rejeição ao determinismo biológico, implícito no uso de termos como ‘sexo’ ou diferença sexual” (1990, p. 09). Tal conceito propõe repensar e romper com a rigidez dicotômica entre os sexos, de forma que seja possível organizar as análises históricas socioculturais, a partir de bases plurais que definem e constroem tanto o feminino quanto o masculino, de maneira a se contemplar os conflitos e as cumplicidades que permeiam a dinâmica social, produzindo construções e desconstruções em suas relações.

É particularmente a partir do emergir do conceito de gênero que homens e mulheres passaram a se pensar de maneira multifacetada, ou seja, como constituídos e construídos não apenas pelo gênero, mas também pela raça, etnia, classe, geração e sexualidade, dentre outros. Considerando esses fatores o poder deixa de ser compreendido como um movimento meramente hierárquico e linear. Desse modo, o conceito de gênero investe, de maneira contundente, contra a lógica naturalista que concebe mulher e homem de maneira universal e a-histórica.

Nas últimas décadas os estudos de gênero, utilizando de muita criatividade, sensibilidade e imaginação, procurando transpor o silêncio e a invisibilidade a que estavam relegadas as mulheres e os homens e suas relações, trouxeram à tona um grande acervo documental, que perpassam desde a legislação repressiva, fontes policiais, ocorrências, até canções, provérbios, literatura, cronistas e folcloristas, além das memórias, manifestos, diários, fontes eclesiásticas e médicas. Os estudos de gênero têm se mostrado como um campo multidisciplinar, com uma pluralidade de influências, na tentativa de reconstituir experiências excluídas.

2.1 A CONSTRUÇÃO DO GÊNERO NO SEMIÁRIDO

Um olhar mais atento é o suficiente para constatarmos que os relatos, literaturas e imagens relacionadas ao Semiárido Brasileiro, desde o período colônial, até os dias atuais, em sua maioria, dão ênfase a paisagens naturais desoladoras, tais como açudes secos e solo rachado, ou, ainda, as situações de miséria da população sertaneja nos períodos de estiagem.

Além dessa imagem de desolação, o perfil do homem e da mulher nordestina também aparece intimamente ligado a essa imagem, sendo retratado quase sempre pela sua condição de miserabilidade. No que se refere às mulheres, percebe-se que durante décadas, as mesmas foram responsáveis pelo gerenciamento familiar, papel atribuído historicamente à figura masculina.

Com a migração dos “chefes de família” para o Sul e Sudeste do Brasil, tangidos pela seca e pela falta de políticas públicas voltadas para a convivência com o semiárido, entre as décadas de 1960-1990. Albuquerque Junior (2013) constata que as mulheres passaram a assumir o papel de chefe de família, cuidando muitas vezes sozinhas da educação dos filhos, da manutenção do lar e do cultivo da terra, configurando-se assim o que o autor vai classificar como “as viúvas da seca”.

Outro elemento constitutivo da identidade de gênero do sertanejo é a concepção do “*cabra-forte*”, que foi fortemente perpetuada ao longo do século XX. De acordo com Albuquerque Junior (1999) o Nordeste foi emoldurado pelo mito da necessidade ao ser muitas vezes privados de seus direitos mais fundamentais, homogeneizados em sua diversidade, em razão do olhar de estranheza e da força da opressão, e encarnam em sua cultura e em seu modo de ser o mito do “*nordestino cabra-da-pestes*”, valente, honrado, destemido e religioso, mas também agregado, vassalo, submisso e acrítico em relação à sua própria condição. Nessa concepção a mulher também é um ser masculinizado, ela precisa ser “*mulher macho*.” Sua identidade feminina é suprimida pelas adversidades do clima e da história. Essa concepção acaba por contribuir para a permanência, inclusive, da violência contra as mulheres e, ao mesmo tempo, alimentar um modelo de masculinidade, que tenta manter um tipo de relação entre

homens e mulheres que viria desde o período colonial e que, por isso mesmo, é vista como natural.

Fomos acostumados apenas a essas imagens acerca do Semiárido, tão bem representadas nos jornais, na música, na poesia, na literatura e principalmente por meio do livro didático produzido de forma descontextualiza no eixo sul/sudeste do Brasil, difundido e absorvido como verdade na região nordeste. E quase que exclusivamente por essa ótica o Nordeste passou a ser conhecido.

Nesse processo era desconsiderado o povo, a cultura, a arte, a religiosidade e a identidade do ser homem e do ser mulher no Sertão, prevalecendo a figura patriarcal e machista centrada no coronel. A partir da primeira metade do século XX, novos olhares em torno dessa realidade começam a surgir, principalmente quando pesquisadores/as das mais diferentes áreas do conhecimento, com predominância das ciências humanas, fazem uma releitura, agora com mais criticidade sobre a complexidade que permeiam as relações estruturantes presentes no Semiárido.

A década 1980 se configura como o estopim para a discussão e consolidação de grupos sociais organizados e articulados em defesa das mais diferentes causas, dentre elas uma parcela significativa da população que foi excluída de todo processo político, cultural e econômico. Para exemplificar o que estamos dizendo podemos citar o Movimento Muda Nordeste, que desponta denunciando a situação de miséria em que o Nordeste estava submetido (FAVERO, 2002) e o Movimento Feminista com a reflexão em torno das questões de gênero. Vale ressaltar que a pesquisa em torno das questões de gênero não nasce necessariamente nesse período, mas é nesse momento que se dá o grande passo.

Nesse período percebe-se a organização das mulheres também no Semiárido Brasileiro. Conforme Carvalho (2011) houve contribuição do movimento de mulheres na configuração desse novo momento. Dessa maneira, entendemos que não há como pensar em novas formas de convivência com o Semiárido sem considerar as questões pertinentes às relações de gênero e a importância dessa temática na configuração desse novo momento.

A região Semiárida do Nordeste Brasileiro foi e continua sendo apresentada e representada de maneira estereotipada. Nessa lógica os conhecimentos, as culturas, as religiosidades, as tradições, a fauna, a flora e toda forma de expressão que remeta a ideia de Nordeste foi e continua sendo apresentado aos “*outros*” a partir de estereótipos. O ser homem e o ser mulher também estão dentro nessa lógica.

Apresentaremos aqui uma breve demonstração de como isso se propaga nas representações de gênero que associam a figura do homem sertanejo ao “*cabra macho*” e arretado, destemido e corajoso. Já a mulher é representada pela sua fragilidade e submissão, ainda que a mesma seja reconhecida como “*mulher macho*” diante das adversidades da região, contudo, perante a figura masculina ela é considerada frágil e submissa (ALBUQUERQUE JUNIOR, 1999)

Em “*A Invenção do Nordeste*” Albuquerque Junior (1999), vai dizer que a construção da masculinidade nordestina está intimamente ligada à ideia de um sujeito que represente a região, sendo assim, essa representação começa a ser constituída no início do século XX, período em que segundo o autor se “inventou” o Nordeste. Nessa perspectiva, a escola e todo seu processo formativo serão os grandes responsáveis pela construção, confirmação ou negação desses estereótipos.

2.2 TERRITÓRIO E A INVISIBILIDADE DO GÊNERO

A história dos indivíduos é constituída a partir de contextos que pressupõem a inserção em um território, e esse não necessariamente precisa ser estanque vinculado apenas a um espaço geográfico. A concepção de território diz respeito a um espaço dinâmico, onde são construídas identidades, memórias e interações sociais motivadas pela coletividade. Essas identidades comumente estão vinculadas a questões que ultrapassam a dimensão do local, tais como os aspectos culturais. Para Diegues (1993, p.84) “além do espaço de reprodução econômica, das relações sociais, o território é também o lócus das representações e do imaginário mitológico dessas sociedades tradicionais”.

Nesta mesma perspectiva, Haesbaert (2007, p. 42) considera o território, ao mesmo tempo, “a dimensão espacial material das relações sociais e o conjunto de representações sobre o espaço ou o ‘imaginário geográfico’ que não apenas move como integra ou é parte indissociável destas relações”.

O espaço social, delimitado e apropriado politicamente enquanto território de um grupo é suporte material da existência e, mais ou menos fortemente, catalisador cultural-simbólico – e, nessa qualidade, indispensável fator de autonomia (SOUZA, 1995).

Além disso, este é também compreendido como um espaço real vivido onde são tecidas relações de poder, dominação e controle e, sobretudo, onde aparece seu caráter hierarquizado ou de rede. Já para Leite (1999) o território inscreve limites, indica a presença da fronteira concreta, simbólica ou de ambas. Torna visível o grupo na dimensão espaço/tempo. Indica a unidade na diversidade. Também, como aponta Saquet (2007, p. 24):

O território significa natureza e sociedade; economia, política e cultura; ideia e matéria; identidades e representações; apropriação, dominação e controle; descontinuidades; conexão e redes; domínio e subordinação; degradação e proteção ambiental; terra, formas espaciais e relações de poder; diversidade e unidade.

Neste sentido, uma nova ação social em estabelecimento, a luta por direitos, a denúncia de situações de opressão e exclusão podem vir a constituir uma nova territorialidade, gerando e ocupando novos territórios, estabelecendo novas relações sociais e, em grande parte dos casos, novos conflitos e tensões.

3 A HISTÓRIA DAS MULHERES EM CANAÃ

Na história à mulher sempre coube o papel de coadjuvante. Essa nunca foi protagonista da história e nem sequer escreveu a sua própria história, e há durante séculos afirmou-se que nem história elas tinham. Eram invisibilizadas nas histórias de seus pais, maridos e filhos. De acordo com Scott (1992), é só em meados da década de 60 do século XX que começa a se desenhar um campo de história das mulheres.

Em Canaã as mulheres são maioria e atuam em todos os espaços deliberativos do Assentamento. Algumas delas muitas vezes nem reconhecem a importância da sua participação nas reuniões e assembleias, classificando apenas como atividades obrigatórias a todos os assentados. Outras, no entanto, reconhecem a importância da participação e da militância das mulheres nesses espaços, Marivanea, uma das lideranças do assentamento é uma dessas: “É muito importante sim que a companheirada participe, nós mulheres, temos que contribuir com a transformação, essa tarefa não é só dos companheiros”. Neste sentido, constatamos que já há por parte de algumas assentadas a consciência da luta junto aos companheiros, sendo esse compromisso tanto dos homens quanto das mulheres.

Nova Canaã é uma área de ocupação de Reforma Agrária, com 81 famílias assentadas, num total de 412 pessoas. Saindo da sede do município, por trás da Serra Morro do Injú, entre o Rio Itapicuru e a BA 131, seguindo por uma estrada de chão, encontramos o território Nova Canaã. Com a posse da terra em 2006 as lutas se intensificaram. Os posseiros e as posseiras entendem que a organização deve ser estruturada de maneira que a equidade de gênero seja de fato efetivada no fazer cotidiano.

3.1 AS MULHERES E O FAZER COTIDIANO

Se historicamente o papel das mulheres na agricultura familiar é voltado às necessidades de reprodução social de famílias rurais, em contraposição ao papel produtivo dos homens, a demarcação desses papéis não implica rigidez conceitual. Mas a expressão da naturalização do que é o trabalho para a mulher e para o homem numa propriedade agrícola familiar.

Em Canaã o as atividades desenvolvidas pelas mulheres passam quase que despercebidas. Isso fica evidente no momento da mística, nome atribuído à reunião semanal, que acontece sempre na segunda-feira, é nesse espaço onde se definem as atividades a serem desenvolvidas pelo coletivo, ou seja, com a participação de todos os assentados e assentadas. As mulheres sempre ficam encarregadas de

cuidar do espaço de reuniões, atividade considerada por elas mesmas como atividade inferior: “É uma atividade mais simples, então vai duas ou três mulheres” - fala de Terezinha, assentada de Canaã. Configurando assim, uma desvalorização no fazer das mulheres, consideradas, muitas vezes por elas mesmas, como frágeis e incapazes.

Elas ainda desenvolvem atividades domésticas, tais como: alimentação para esposos e filhos, o cuidado com a casa, com os filhos menores, vão para a roça com seus maridos, cultivam os quintais agroecológicos e quando questionadas sobre seu trabalho, muitas afirmam que não trabalham, isso fica evidente na fala de Maria: “Eu não trabalho não. Lá em casa só quem trabalha é meu esposo”. De acordo com essa assentada as inúmeras atividades desenvolvidas por ela não se configura como trabalho porque não é remunerado. Mas há mulheres que pensam diferente, uma delas é Jucicleide: “No momento meu trabalho é só em casa, meu esposo está trabalhando fora, mas tanto eu quanto ele sabe que alguém tem que fazer as atividades domésticas”.

Podemos constatar que todas as mulheres assentadas participam das atividades na agricultura, no entanto também percebemos que o trabalho agrícola da mulher é geralmente invisível, porque é voltado à reprodução familiar é planejado conforme as necessidades alimentares da família, o que facilita, de certa maneira, a diversificação agrícola e outras práticas agroecológicas na terra. Podemos constatar que nem sempre os homens reconhecem o trabalho que as mulheres desenvolvem na roça. José Cintra confessa: “Elas ajudam um pouco, mas nada muito pesado, a lida da roça é mais para os homens mesmo”. A tentativa de invisibilizar o trabalho das mulheres é nítida e muitas delas veem isso como um privilégio. Terezinha relata que não se sente incomodada com isso, mas desabafa: “O problema é que eles (os homens) não reconhecem que nós (as mulheres) também trabalhamos e muito, a gente lida com as coisas de casa da hora que acorda até a hora que deita”.

As mulheres assentadas cuidam do cultivo de subsistência e da criação de animais de pequeno porte, já os homens são responsáveis pelas atividades que demandam

mais trabalho e são desenvolvidas geralmente nos roçados, que são áreas maiores, nestes espaços eles atuam desde o plantio até a colheita.

Por causa das tarefas domésticas e atividades que não geram renda diretamente, o trabalho da mulher se torna invisível. Desse ponto de vista, as relações de gênero adquirem hierarquias de poder que refletem a estrutura social convencional, na qual o homem está sempre em posição superior à da mulher, reproduzindo assim uma situação de violência simbólica.

Esta atribuição de papéis, exigências e expectativas são sociais e não biológicas, por isso podem variar no tempo e no espaço. Conforme Fischer (2006), os assentamentos de reforma agrária são locais privilegiados para o estudo de gênero, porque a construção desse espaço social tem por base a mudança de condições sociais. Com as novas exigências da modernidade, cresce a necessidade da mulher rural ter outras ocupações para obter renda, então passam a cortar cana nos locais onde antes faziam agricultura de subsistência e extrativismo, passam a fazer faxina e ter outras ocupações nas cidades, ao invés de cuidar de suas próprias casas. De igual modo, elas passam a beneficiar produtos no interior da propriedade para vendê-los no mercado urbano, ao invés de apenas ao autoconsumo. Se a mulher não trabalha para obter dinheiro, sua reputação é cada vez pior.

3.2 A INVISIBILIDADE COTIDIANA

As atividades desenvolvidas pelas mulheres muitas vezes são invisibilizadas, isso se dá em parte porque a divisão tradicional de papéis distintos para mulheres e homens se sustenta numa rígida divisão sexual do trabalho que tem, historicamente, relegado à mulher um papel secundário no trabalho, na vida política, nas lutas sociais, responsabilizando-a pelo trabalho não-visível.

Inúmeras são as atividades desenvolvidas pelas mulheres assentadas em Canaã. Elas são as únicas responsáveis por toda atividade considerada do âmbito privado, tais como a manutenção da casa, o cuidado com os animais domésticos, com os filhos, pelos quintais agroecológicos e em parte, são responsáveis também pela

lavoura junto aos seus companheiros. Contudo essas atividades nem sempre são reconhecidas como trabalho, já que as mesmas não geram renda. Jucicleide fala que: “Muitos dos companheiros pensam que só eles trabalham, mas não sabem o que é colocar uma gota de água em casa”. Edineia argumenta que: “Mesmo a gente indo pra roça com eles (os companheiros) quando a gente chega vai pra cozinha enquanto eles ficam assistindo TV, ou simplesmente descansando”.

Pensamos que aqui caba o paradoxo a invisibilidade é visível. Para Terezinha eles sabem que as mulheres trabalham duro, mas não querem é reconhecer. Afirma ela: “Os companheiros sabem da nossa jornada dura de trabalho, eles só não querem admitir”. Dessa maneira, todo fazer cotidiano das mulheres posseiras fica invisibilizado.

3.3 MULHERES SEM-TERRA DA INVISIBILIDADE AO PROTAGONISMO

Os movimentos sociais de luta pela terra no Brasil, dentre, o CETA, que concentra sua militância no Estado da Bahia, conseguiu expandir-se por todo estado, aglutinar agricultores, aumentar o número de integrantes e de ocupações na Bahia. Tornou-se um movimento com poder de pressão, fazendo ecoar por toda a sociedade civil dando também visibilidade a questões internas do movimento como a reprodução das divisões de gênero. Mesmo com todo esse avanço podemos constatar que as vozes masculinas são as que sobressaem. Há imbricado aí a questão da reflexão de gênero, ou a ausência dessa reflexão que toma grande importância a partir da década de 1980 no Brasil. Isto é, no campo, no meio rural. Até então o que havia de fato era um processo histórico de invisibilidade das mulheres rurais, que ainda se segue, mas com avanços nesse sentido.

Nas últimas décadas o que se tem percebido é um intenso embate dentro e fora das estruturas dos movimentos sociais rurais que as mulheres conquistaram espaço para trazer as questões de gênero e fazer da mulher independente e uma bandeira dentro de uma perspectiva libertadora e estender essa conquista a todas as companheiras, mulheres “invisíveis” rurais. Para Jucicleide: “Ser mulher posseira não é tarefa fácil

não”. A luta das posseiras passa despercebida ou é invisibilizada pelos seus companheiros.

Em Canaã esse debate já saiu do papel assumindo um lugar de destaque nas assembleias do Assentamento. Percebemos a participação de muitas mulheres nos momentos coletivos, contudo algumas dessas participações acabam reforçando um modelo patriarcal e androcêntrico, no qual todo poder de decisão emana da figura masculina. Edineide nos conta que: “As mulheres já participam das decisões.” Ainda de acordo com ela: “Muitas (se referindo as mulheres) nem vinha para as assembleias, era só os maridos, agora não. A gente vem participa e ainda opina e não gostar pode discordar”. Esse é um momento importante para a visibilidade das mulheres. Elas começam a atuar nos espaços públicos, o que segundo Fischer (2006) esse espaço enquanto espaço de reivindicação constitui uma alteração significativa em relação ao passado patriarcal da sociedade brasileira.

Para Terezinha as mulheres agora são felizes: “Pois podem sair da cozinha e acompanhar seus maridos nos lugares que antes era só de homens. A gente agora não precisa ficar escondida na cozinha ou na roça”. A visibilidade da mulher posseira caminha a passos lentos, contudo esses são imprescindíveis na construção da equidade das relações de gênero. Esse espaço se configura, portanto como um espaço de atuação política, no qual a mulher tem voz e vez e contribui efetivamente na solidificação de uma nova hegemonia na relação de gênero, à medida que ela se torna sujeito de sua própria história. Isso é o que vem acontecendo em Canaã, conforme Terezinha: “Aqui já temos muitas mulheres participando das coisas. Marivânea (uma das lideranças do Assentamento) é um exemplo disso. Ta sempre lutando por melhoria e todo mundo respeita e reconhece”.

Concordamos com Fischer (2006, p. 57) quando afirma que: “Ao participar das lutas no campo, a mulher ganha espaço que lhe permite questionar as relações de dominação, especialmente no espaço público”. Marivânea, liderança do Assentamento citado por Terezinha, pode tranquilamente ser mencionada para ilustrar o que estamos dizendo. Liderança com voz ativa e sempre atuante. Para ela: “É um direito das mulheres entrarem na luta com os companheiros, mesmo que esse direito

tenha sido negado por muitos anos. Se as mulheres não mostrarem a cara não seremos vistas”.

A transição da invisibilidade ao protagonismo se faz cotidianamente por meio de um processo contínuo. As mulheres em Canaã bem sabem que essa não se configura em uma tarefa fácil, ao contrária, ela se mostra árdua e densa, porém necessária. Assim vale ressaltar que não é o suficiente dar visibilidade as mulheres, é necessário que as mesmas rompam com os papéis que historicamente lhe foram impostos, sendo assim é necessário que elas assumam o papel de protagonistas da sua própria história.

4. OUTRA HISTÓRIA NECESSÁRIA: CONSIDERAÇÕES

As análises feitas aqui não são estanques, prontas e acabadas, ao contrário, estão em processo de construção e por isso mesmo vulneráveis a mudanças, afinal elas procuram, mesmo não querendo ser absoluta, dar respostas à organização de homens e mulheres e esses estão inseridos dentro de um processo que se encontra em constante mudança.

Se num primeiro momento a reflexão de gênero no movimento tinha por ponto de partida e de chegada as experiências das companheiras e dos companheiros, hoje as experiências são utilizadas como ponto de partida, permitindo que se busquem em outras fontes, na literatura, na arte, na poesia, no cinema, na academia e nas teorias, experiências que ajudem a pensar a própria prática. Com isso, constata-se que há no movimento uma reflexão mais amadurecida sobre a temática.

Há por parte do movimento uma preocupação em legitimar essa discussão. Preocupação que pode ser constatada nos estatutos e regimentos, no entanto, no fazer cotidiano do Assentamento novas posturas precisam ser consideradas. Percebe-se ainda nas relações do Assentamento, mesmo que velado, um modelo patriarcal, onde a mulher é submissa ao homem, ainda que se tenha consciência de que esse modelo não corresponde com as expectativas de vivências no Assentamento.

Mesmo que sutil constatamos um emergir na história das mulheres assentadas. Esse emergir conchama para a visibilidade. O que se quer é o reconhecimento das atividades desenvolvidas pelas mulheres, sejam essas na esfera pública ou privada. As atividades domésticas, de caráter privado e portanto designadas às mulheres, precisam ser reconhecidas como atividades fundamentais no processo de construção social do assentamento e isso implica necessariamente em dar visibilidade ao fazer das mulheres e conseqüentemente numa tomada de postura que é também política.

Os modelos sociais definidos e cristalizados, historicamente, como uma ordem natural, nos quais as mulheres eram consideradas os “*outros*”, vem nos indicando que os mesmos por si só não se sustentam mais. Há um emergir social, cultural e econômico sinalizando a necessidade de novos modelos, sem que sejam necessários cristaliza-los. Nesse emergir há que se considerar a constituição do ser homem e do ser mulher na sua dinamicidade, que se constituem gradualmente num torna-se constante, ainda que Movimentos e Instituições estabeleçam novas práticas de relações de gênero de nada adianta se no fazer cotidiano elas não forem vivenciadas.

Percebemos, então, que a formação acerca da temática de gênero é um dos principais e necessários fatores para garantir, com maior precisão, as mudanças tão almejadas pelo Movimento. É notável, por meio das entrevistas e das observações dos comportamentos cotidianos, a apropriação que seus sujeitos fizeram das proposições teóricas contidas nas linhas políticas de gênero do Assentamento e da educação, como uma nova perspectiva de esperança de libertação. Esta constatação nos leva a concluir que, apesar das dificuldades, os assentados e as assentadas poderão contribuir, efetivamente, para a implementação da prática das linhas de gênero no Movimento. Essa assimilação da teoria já é um ponto positivo, embora seja insuficiente, para a luta de classes, para a luta pela terra, para a luta ao direito à educação do e no campo e de igualdade de gênero. Precisamos que homens e mulheres, de posse da teoria, edifiquem ações de mudança. Necessitamos, ainda, que esses novos sujeitos sociais sejam capazes de realizar os protagonismos históricos necessários à construção de uma nova sociedade mais justa para todos os seres humanos.

Não temos receitas prontas ou caminhos definidos, o que temos é a constatação de que como está não podemos continuar e as trilhas a serem percorridas requerem a contribuição de homens e mulheres, militantes e pesquisadores/as da diversidade, presentes nos movimentos sociais, nas universidades, ONG's e nas escolas.

5 REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE Jr., Durval Muniz. **A invenção do Nordeste e outras artes**. FJN, Ed. Massangana; São Paulo: Cortez, 1999.

_____. **Nordestino: invenção do falo – uma história do gênero masculino**. São Paulo: Intermeios, 2013.

BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo: fatos e mitos**. Tradução: Sérgio Milliet. Vol.1. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1949.

CARVALHO, Luzineide Dourado. **Natureza, território e convivência: Novas territorialidades no Semiárido Brasileiro**. Jundiá: Paco Editorial, 2012.

DIEGUES, Antonio Carlos Sant'Ana. **O Mito Moderno da Natureza Intocada**. São Paulo. NUPAUB/USP, 1993.

FAVERO, Celso Antunes. **Semiárido: fome, esperança e vida digna**. Salvador: EDUNEB, 2002.

FISCHER, Izaura Rufino. **O protagonismo da mulher rural no contexto da dominação**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Ed. Massagana, 2006.

GONÇALVES. Andréa Lisly. **História e Gênero**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

HAESBAERT. Rogério. **O mito da desterritorialização: do fim dos territórios à multiterritorialidade**. 3 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

LEITE, Ilka Boaventura. Terra, Território e Territorialidade: três dimensões necessárias ao entendimento da cidadania do negro no Brasil. In. **Anais**. Seminário América 500 anos de Dominação, 1990.

MONTERO, Rosa. **História das Mulheres**. Rio de Janeiro: Ed Agir, 2007.

PERROT, Michelle. "Escrever uma história das mulheres: relato uma experiência" In: **Cadernos Pagu**. São Paulo: Unicamp. n.4. 1992. pp. 9-28.

PATEMAN, Carole. **O Contrato Sexual**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Ed. Expressão Popular.2007.

SCOTT, Joan. “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”. **Educação e Realidade**. Vol 16, N2, 5-19, 1990.

SCOTT, Joan. “História das Mulheres. In. BURKER, Peter. **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: UNESP, 1992.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In. CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. (org). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995, p. 77-116.

WEBER, Max. **Economia y Sociedad**. México: Fondo de Cultura Econômica, 1977.